

Bruna Pinotti Garcia. Evelise Leiko Uyeda Akashi. Guilherme Cardoso. Jaqueline Lima.
Leticia Veloso. Rodrigo de Carvalho Gonçalves. Ricardo Bispo Razaboni Junior.
Ovidio Lopes da Cruz Netto. Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco.

Polícia Militar do Estado de Alagoas

PM-AL

Soldado Combatente

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se
você conhece algum caso de “pirataria” de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Polícia Militar do Estado de Alagoas - PM-AL
Cargo: Soldado Combatente
(Baseado no Edital de 21/06/2018)

AUTORES

Língua Portuguesa - **Prof^a** Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Noções de Informática - **Prof^o** Ovidio Lopes da Cruz Netto
Ciências Sociais - **Prof^a** Jaqueline Lima
Atualidades - **Prof^a** Letícia Veloso
Noções de Direito Administrativo - **Prof^a** Bruna Pinotti Garcia
Noções de Direito Constitucional - **Prof^o** Guilherme Cardoso
Noções de Direito Processual Penal - **Prof^o** Rodrigo de Carvalho Gonçalves
Noções de Direitos Humanos - **Prof^a** Bruna Pinotti Garcia
Legislação Pertinente ao Policial Militar de Alagoas - **Prof^o** Ricardo Bispo Razaboni Junior,
Matemática - **Prof^a** Evelise Leiko Uyeda Akashi

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Suelen Domenica Pereira
Elaine Cristina

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina
Thais Regis
Camila Lopes

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

Publicado em 06/2018



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	01
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	01
3 Domínio da ortografia oficial.	04
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.	04
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual.	14
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	14
5 Domínio da estrutura morfosintática do período.	29
5.1 Emprego das classes de palavras.	66
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.	29
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	29
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	39
5.5 Concordância verbal e nominal.	42
5.6 Regência verbal e nominal.	52
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	49
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	52
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	59
6.1 Significação das palavras.	59
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.	59
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	59
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	59

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).	42
2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice).	06
3 Redes de computadores.	57
3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.	57
3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).	57
3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).	57
3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet.	57
3.5 Grupos de discussão.	57
3.6 Redes sociais.	57
3.7 Computação na nuvem (cloud computing).	57
4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.	42
5 Segurança da informação.	70
5.1 Procedimentos de segurança.	70
5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais.	70
5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).	70
5.4 Procedimentos de backup.	70
5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).	70

SUMÁRIO

CIÊNCIAS SOCIAIS

I HISTORIA GERAL, DO BRASIL E DE ALAGOAS:

Primeiras civilizações.	01
Idade Média, Moderna e Contemporânea.	09
Expansão do capitalismo.	11
Brasil 500 anos.	13
Estrutura econômica, política, social e cultural.	16
Sociedade colonial.	21
Família real no Brasil e os períodos regenciais.	32
Período republicano.	37
Tenentismo.	40
Crise de 1929.	44
Era Vargas.	48
A nova república e a globalização mundial.	52
Aspectos históricos do Estado de Alagoas: colonização, povoamento, sociedade e indústrias.	54

II GEOGRAFIA GERAL, DO BRASIL E DE ALAGOAS:

Geografia política do mundo atual.	62
Globalização.	68
Aspectos gerais da população brasileira.	70
Degradação do meio ambiente.	72
O Brasil no contexto internacional.	82
Formação do Brasil.	85
Território brasileiro atual.	87
Problemas sociais urbanos no Brasil.	93
Estrutura fundiária brasileira.	96
Qualidade de vida e alguns indicadores.	100
Aspectos geográficos do estado de Alagoas.	101

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia... 01

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Princípios.	01
2. Regime jurídico Administrativo.	01
3. Poderes da Administração Pública.	05
4. Serviço Público.	09

SUMÁRIO

5. Atos Administrativos.	20
6. Contratos Administrativos e Licitação.	27
7. Bens Públicos.	60
8. Administração Direta e Indireta.	66
9. Controle da Administração Pública.	68
10. Responsabilidade do Estado.	77

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direitos e garantias fundamentais.	01
2. Estrutura e organização do Estado Brasileiro.	05
3. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.....	15

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Inquérito policial.	01
2 Ação penal.	04

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1 Conceito.	01
2 Evolução.	01
3 Abrangência.	01
4 Sistema de Proteção.	09
5 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).	20

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

1 Lei Estadual nº 5.346/1992 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas).	01
2 Decreto Estadual nº 37.042/1996 (Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Alagoas e dá outras providências).	09
3 Decreto-Lei nº 2.848/1940 e suas alterações (Parte geral do Código Penal): Título I a III.	13

SUMÁRIO

MATEMÁTICA

1 Modelos algébricos.	01
2 Geometria das superfícies planas.	01
3 Padrões numéricos.	01
4 Modelos lineares.	01
5 Modelos periódicos.	01
6 Geometria dos sólidos.	01
7 Modelos exponenciais e logarítmicos.	01
8 Princípios de contagem.	01
9 Análise de dados.	01
10 Geometria do plano cartesiano.	01
11 Geometria do plano complexo.	01

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	01
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	01
Domínio da ortografia oficial.	04
Emprego das letras.	04
Emprego da acentuação gráfica.	04
Domínio dos mecanismos de coesão textual.	04
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.	14
Emprego de tempos e modos verbais.	14
Domínio da estrutura morfossintática do período.	29
Emprego das classes de palavras.	66
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.	29
Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	29
Emprego dos sinais de pontuação.	39
Concordância verbal e nominal.	42
Regência verbal e nominal.	52
Emprego do sinal indicativo de crase.	49
Colocação dos pronomes átonos.	52
Reescrita de frases e parágrafos do texto.	59
Significação das palavras.	59
Substituição de palavras ou de trechos de texto.	59
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.	59
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	99
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).	99
Aspectos gerais da redação oficial.	99
Finalidade dos expedientes oficiais.	99
Adequação da linguagem ao tipo de documento.	99
Adequação do formato do texto ao gênero.	99

**COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE
TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.
RECONHECIMENTO DE TIPOS E
GÊNEROS TEXTUAIS.**

1. Interpretação Textual

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

Interpretar/Compreender

Interpretar significa:

Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.

Através do texto, infere-se que...

É possível deduzir que...

O autor permite concluir que...

Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.

O texto diz que...

É sugerido pelo autor que...

De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...

O narrador afirma...

Erros de interpretação

▪ **Extrapolação** ("viagem") = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

▪ **Redução** = é o oposto da extrapolção. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.

▪ **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação:

Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

▪ Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*

▪ Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.

▪ Leia o texto, pelo menos, duas vezes – ou quantas forem necessárias.

▪ Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).

▪ **Volte ao texto quantas vezes precisar.**

▪ **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**

▪ Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.

▪ **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**

▪ O autor defende ideias e você deve percebê-las.

▪ Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.

▪ Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.

▪ **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!**

▪ Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.

▪ Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

SITES

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>

**EXERCÍCIO COMENTADO****1. (PCJ-MT - Delegado Substituto – Superior- Ces-pe-2017)****Texto CG1A1AAA**

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigual-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cârmem Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

A. de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.

B. de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.

C. de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.

D. à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.

E. a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

GABARITO OFICIAL: E

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1	Conceito de internet e intranet.	57
2	Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet.	57
2.1	Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa e de redes sociais.	57
2.2	Noções de sistema operacional (ambiente Linux e Windows).	42
2.3	Acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia.	01
2.4	Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice).	06
3	Redes de computadores.	57
4	Conceitos de proteção e segurança.	70
4.1	Noções de vírus, worms e pragas virtuais.	70
4.2	Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).	70
5	Computação na nuvem (cloud computing).	70

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS; FERRAMENTAS; APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS DE INFORMÁTICA: TIPOS DE COMPUTADORES; CONCEITOS DE HARDWARE E DE SOFTWARE; INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS.

A Informática é um meio para diversos fins, com isso acaba atuando em todas as áreas do conhecimento. A sua utilização passou a ser um diferencial para pessoas e empresas, visto que, o controle da informação passou a ser algo fundamental para se obter maior flexibilidade no mercado de trabalho. Logo, o profissional, que melhor integrar sua área de atuação com a informática, atingirá, com mais rapidez, os seus objetivos e, conseqüentemente, o seu sucesso, por isso em quase todos editais de concursos públicos temos Informática.



#FicaDica

Informática pode ser considerada como significando "informação automática", ou seja, a utilização de métodos e técnicas no tratamento automático da informação. Para tal, é preciso uma ferramenta adequada: O computador. A palavra informática originou-se da junção de duas outras palavras: informação e automática. Esse princípio básico descreve o propósito essencial da informática: trabalhar informações para atender as necessidades dos usuários de maneira rápida e eficiente, ou seja, de forma automática e muitas vezes instantânea.

O que é um computador?

O computador é uma máquina que processa dados, orientado por um conjunto de instruções e destinado a produzir resultados completos, com um mínimo de intervenção humana. Entre vários benefícios, podemos citar:

- : grande velocidade no processamento e disponibilização de informações;
- : precisão no fornecimento das informações;
- : propicia a redução de custos em várias atividades
- : próprio para execução de tarefas repetitivas;

Como ele funciona?

Em informática, e mais especialmente em computadores, a organização básica de um sistema será na forma de:

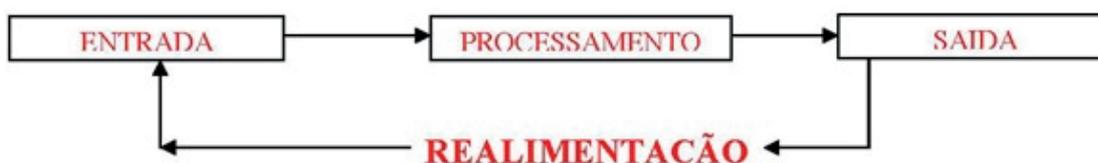


Figura 1: Etapas de um processamento de dados.

Vamos observar agora, alguns pontos fundamentais para o entendimento de informática em concursos públicos.

Hardware, são os componentes físicos do computador, ou seja, tudo que for tangível, ele é composto pelos periféricos, que podem ser de entrada, saída, entrada-saída ou apenas saída, além da CPU (Unidade Central de Processamento)

Software, são os programas que permitem o funcionamento e utilização da máquina (hardware), é a parte lógica do computador, e pode ser dividido em Sistemas Operacionais, Aplicativos, Utilitários ou Linguagens de Programação.

O primeiro software necessário para o funcionamento de um computador é o Sistema Operacional (Sistema Operacional). Os diferentes programas que você utiliza em um computador (como o Word, Excel, PowerPoint etc) são os aplicativos. Já os utilitários são os programas que auxiliam na manutenção do computador, o antivírus é o principal exemplo, e para finalizar temos as Linguagens de Programação que são programas que fazem outros programas, como o JAVA por exemplo.

Importante mencionar que os softwares podem ser livres ou pagos, no caso do livre, ele possui as seguintes características:

- O usuário pode executar o software, para qualquer uso.
- Existe a liberdade de estudar o funcionamento do programa e de adaptá-lo às suas necessidades.
- É permitido redistribuir cópias.
- O usuário tem a liberdade de melhorar o programa e de tornar as modificações públicas de modo que a comunidade inteira beneficie da melhoria.

Entre os principais sistemas operacionais pode-se destacar o Windows (Microsoft), em suas diferentes versões, o Macintosh (Apple) e o Linux (software livre criado pelo finlandês Linus Torvalds), que apresenta entre suas versões o Ubuntu, o Linux Educacional, entre outras.

É o principal software do computador, pois possibilita que todos os demais programas operem.



#FicaDica

Android é um Sistema Operacional desenvolvido pelo Google para funcionar em dispositivos móveis, como Smartphones e Tablets. Sua distribuição é livre, e qualquer pessoa pode ter acesso ao seu código-fonte e desenvolver aplicativos (apps) para funcionar neste Sistema Operacional.

iOS, é o sistema operacional utilizado pelos aparelhos fabricados pela Apple, como o iPhone e o iPad.

Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs)

Os gabinetes são dotados de fontes de alimentação de energia elétrica, botão de ligar e desligar, botão de reset, baias para encaixe de drives de DVD, CD, HD, saídas de ventilação e painel traseiro com recortes para encaixe de placas como placa mãe, placa de som, vídeo, rede, cada vez mais com saídas USBs e outras.

No fundo do gabinete existe uma placa de metal onde será fixada a placa mãe. Pelos furos nessa placa é possível verificar se será possível ou não fixar determinada placa mãe em um gabinete, pois eles têm que ser proporcionais aos furos encontrados na placa mãe para parafusá-la ou encaixá-la no gabinete.



#FicaDica

Placa-mãe, é a placa principal, formada por um conjunto de circuitos integrados ("chip set") que reconhece e gerencia o funcionamento dos demais componentes do computador.

Se o processador pode ser considerado o "cérebro" do computador, a placa-mãe (do inglês motherboard) representa a espinha dorsal, interligando os demais periféricos ao processador.

O disco rígido, do inglês *hard disk*, também conhecido como HD, serve como unidade de armazenamento permanente, guardando dados e programas.

Ele armazena os dados em discos magnéticos que mantêm a gravação por vários anos, se necessário.

Esses discos giram a uma alta velocidade e tem seus dados gravados ou acessados por um braço móvel composto por um conjunto de cabeças de leitura capazes de gravar ou acessar os dados em qualquer posição nos discos.

Dessa forma, os computadores digitais (que trabalham com valores discretos) são totalmente binários. Toda informação introduzida em um computador é convertida para a forma binária, através do emprego de um código qualquer de armazenamento, como veremos mais adiante.

A menor unidade de informação armazenável em um computador é o algarismo binário ou dígito binário, conhecido como bit (contração das palavras inglesas binarydigit). O bit pode ter, então, somente dois valores: 0 e 1.

Evidentemente, com possibilidades tão limitadas, o bit pouco pode representar isoladamente; por essa razão, as informações manipuladas por um computador são codificadas em grupos ordenados de bits, de modo a terem um significado útil.

O menor grupo ordenado de bits representando uma informação útil e inteligível para o ser humano é o byte (leia-se "baite").

Como os principais códigos de representação de caracteres utilizam grupos de oito bits por carácter, os conceitos de byte e carácter tornam-se semelhantes e as palavras, quase sinônimas.

É costume, no mercado, construírem memórias cujo acesso, armazenamento e recuperação de informações são efetuados byte a byte. Por essa razão, em anúncios de computadores, menciona-se que ele possui "512 megabytes de memória"; por exemplo, na realidade, em face desse costume, quase sempre o termo byte é omitido por já subentender esse valor.

Para entender melhor essas unidades de memórias, veja a imagem abaixo:

CIÊNCIAS SOCIAIS

I HISTORIA GERAL, DO BRASIL E DE ALAGOAS:

Primeiras civilizações.	01
Idade Média, Moderna e Contemporânea.	09
Expansão do capitalismo.	11
Brasil 500 anos.	13
Estrutura econômica, política, social e cultural.	16
Sociedade colonial.	21
Família real no Brasil e os períodos regenciais.	32
Período republicano.	37
Tenentismo.	40
Crise de 1929.	44
Era Vargas.	48
A nova república e a globalização mundial.	52
Aspectos históricos do Estado de Alagoas: colonização, povoamento, sociedade e indústrias.	54

II GEOGRAFIA GERAL, DO BRASIL E DE ALAGOAS:

Geografia política do mundo atual.	62
Globalização.	68
Aspectos gerais da população brasileira.	70
Degradação do meio ambiente.	72
O Brasil no contexto internacional.	82
Formação do Brasil.	85
Território brasileiro atual.	87
Problemas sociais urbanos no Brasil.	93
Estrutura fundiária brasileira.	96
Qualidade de vida e alguns indicadores.	100
Aspectos geográficos do estado de Alagoas.	101

**HISTORIA GERAL, DO BRASIL E DE ALAGOAS:
PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES.**

A Pré-História ainda não foi completamente reconstruída, pois faltam muitos elementos que possam permitir que ela seja estudada de uma forma mais profunda. Isso ocorre devido à imensa distância que nos separa desse período, até porque muitas fontes históricas desapareceram pela ação do tempo e outras ainda não foram descobertas pelos estudiosos.

Nesse trabalho, o historiador precisa da ajuda de outras ciências de investigação, como a arqueologia, que estuda as antiguidades, a antropologia, que estuda os homens, e a paleontologia, que estuda os fósseis dos seres humanos. Tais ciências estudam os restos humanos, sendo que, a cada novo achado, podem ocorrer mudanças no que se pensava anteriormente. Assim, podemos afirmar que a Pré-História está em constante processo de investigação.

A Pré-História está dividida em 3 períodos:

Paleolítico (ou Idade da Pedra Lascada) vai da origem do homem até aproximadamente o ano 8.000 a.C, quando os humanos dominam a agricultura.

Neolítico (ou Idade da Pedra Polida) vai de 8.000 a.C. até 5.000 a.C, quando surgem as primeiras armas e ferramentas de metal, especialmente o estanho, o cobre e o bronze.

Idade dos Metais que vai de 5.000 até aproximadamente 4.000 a.C. quando surgiu à escrita.

O Neolítico

É no Neolítico que o homem domina a agricultura e torna-se sedentário. Com o domínio da agricultura, o homem buscou fixar-se próximo às margens dos rios, onde teria acesso à água potável e a terras mais férteis. Nesse período, a produção de alimentos, que antes era destinada ao consumo imediato, tornou-se muito grande, o que levou os homens a estocarem alimentos. Consequentemente a população começou a aumentar, pois agora havia alimentos para todos. Começaram a surgir as primeiras vilas e, depois, as cidades. A vida do homem começava a deixar de ser simples para tornar-se complexa. Sendo necessária a organização da sociedade que surgia.

Para contabilizar a produção de alimentos, o homem habilmente desenvolveu a escrita. No início a escrita tinha função contábil, ou seja, servia para contar e controlar a produção dos alimentos.

Mapa da Mesopotâmia



Tradicionalmente se associa o início da História com a invenção da escrita, que ocorreu aproximadamente em 3.500 a.C. na região da Mesopotâmia. Os registros escritos mais antigos que se conhecem foram descobertos na Mesopotâmia. Trata-se de tabletas de argila com inscrições cuneiformes, ou seja, inscrições em forma de cunha.

As primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia e no Egito, onde o homem passa a organizar-se em sociedades. Nas cidades surge o comércio, no início o comércio era feito somente com os excedentes da produção, mas com o tempo passou-se a plantar visando o comércio. Nas cidades os homens passaram a ser classificados de acordo com suas funções (sacerdotes, agricultores, professores, pescadores, comerciantes, guerreiros, etc.). As diferentes funções criaram diferenças sociais, uns tinham mais recursos do que os outros.



#FicaDica

Esta divisão do trabalho ocasionou a necessidade de criarem-se leis. Estas leis serviam para controlar e justificar as diferenças sociais que passaram a existir. Para garantir o cumprimento das leis, os homens organizaram-se em cidades- Estado, a liderança era exercida, em geral, por um ancião ou por um chefe guerreiro. Com o tempo, as cidades-Estados iniciaram um processo de unificação, seja por motivo de guerras ou de alianças políticas. Surgiam assim, os primeiros reis e reinos. Como por exemplo, os reis na Mesopotâmia e os faraós no Egito.

A FORMAÇÃO DO EGITO E DA MESOPOTÂMIA

No Egito e na Mesopotâmia, surgiram as primeiras grandes civilizações da humanidade. A base econômica destas civilizações estava na agricultura, ou seja, estava na produção de alimentos.

A partir do momento em que os seres humanos passaram a produzir mais alimentos do que a sua necessidade de consumo, teve que estocar estes alimentos. Com o tempo, passando a comercializar estes produtos excedentes com outras regiões. Deste comércio surgiu uma nova classe de trabalhadores, a classe dos comerciantes.

Mas o comércio não se organizou da mesma forma nas civilizações antigas.

Em algumas, como no antigo Egito, o comércio de grandes distâncias por mar era dirigido pelo poder político, quer dizer, pelo faraó e seus funcionários. Sob sua direção foram criadas filiais do comércio egípcio em regiões distantes.

Em outros lugares, como na Mesopotâmia, durante largos períodos de sua história, o comércio esteve nas mãos de pessoas particulares e não dos reis. Isso permitiu a criação de um grupo de mercadores muito importantes, que adquiriam muitas riquezas.

Entre os principais produtos comercializados estavam: Mesopotâmia: Trigo, cevada, linho e azeite de sésamo (gergelim). Metais como ferro, cobre, estanho e bronze (uma liga de cobre e estanho). Pedras: lápis lazúli (pedra azul).

Egito Antigo: Trigo, centeio, cevada, vinho, linho e papiro (os dois últimos se produziam tecidos, papiros, sandálias, etc.). Metais: ouro, ferro, cobre e turquesa. Pedras: lápis lazúli.

A MESOPOTÂMIA

Os primeiros a se estabelecerem na região da Mesopotâmia foram os Sumérios (aproximadamente no ano 4000 a.C.). Foram eles os inventores da escrita. Desenvolveram a escrita cuneiforme (na forma de cunhas). Além da escrita, acredita-se que foram os inventores da roda. As principais cidades sumérias foram: Ur, Lagash e Uruk.

Por volta do ano 2.000 a.C., os Acádios conquistaram a Suméria. Os Acádios fundaram o primeiro império da região. Seu principal imperador foi Sargão I.

O Império acadiano durou pouco tempo, sendo conquistado pelos Babilônios. Hamurábi, rei da Babilônia, unificou as cidades da região e construiu um grande reino. Foi o autor do Código de Hamurábi, o mais antigo código de leis conhecido. Hoje, este código encontra-se no Museu do Louvre em Paris. Com a morte do rei Hamurábi, o reino foi dividido por seus sucessores, esta divisão enfraqueceu o império que caiu de vez no ano 1.200 a.C. com a invasão dos Assírios.

Os Assírios, que vinham do norte, possuíam um poderoso e sanguinário exército que conquistou uma a uma as cidades da região. Os Assírios estenderam seu império até a Palestina, dominando o Reino de Israel.

Por volta de 620 a.C., os habitantes da Caldéia, região localizada no sul da Mesopotâmia, expulsaram os Assírios de volta para o norte. Os caldeus fundaram um novo império, o Império Babilônico. Estabeleceram sua capital na cidade da Babilônia. Seu maior rei foi Nabucodonosor, conhecido pela História bíblica de Daniel.



Ilustração dos Jardins Suspensos da Babilônia.

Nabucodonosor foi o construtor dos famosos Jardins Suspensos da Babilônia, uma das 7 maravilhas do mundo antigo. Além desse jardim também construiu palácios, templos, as muralhas da cidade e o Portal de Ishtar - hoje este portal está num museu alemão. O Império da Babilônia estendeu-se por quase todo o Oriente Médio e somente foi destruído por Ciro, o rei dos persas, no ano 550 a.C.

O domínio Persa colocou fim aos impérios da Mesopotâmia. A partir deste momento os povos da Mesopotâmia foram sempre dominados por outras nações.

A organização social mesopotâmica Considerando as diferenças que existiam em cada um dos povos que habitou a Mesopotâmia, podemos dizer que, de um modo geral, a sociedade mesopotâmica estava dividida em dois grupos principais, aquelas formadas pelas classes privilegiadas e as formadas por classes exploradas.

Das classes privilegiadas faziam parte os nobres, os sacerdotes (responsáveis pelo culto e pelas festividades) e os militares. Também fazia parte deste grupo os grandes comerciantes que desfrutavam de relativo prestígio dentro da sociedade.

Já as classes exploradas eram formadas por camponeses, artesões e escravos, que eram explorados pelas massas privilegiadas. Claro que existiam grandes diferenças entre eles, especialmente entre os livres e os escravos, contudo, legalmente camponeses e artesões não possuíam direitos, apenas deveres.

Acima de toda esta organização esta o rei. Ele ocupava o topo da organização social. O monarca era considerado o representante dos deuses na Terra.

O EGITO ANTIGO

O Egito Antigo é, sem sombra de dúvidas, a civilização da antiguidade que mais desperta o interesse do público em geral. E os motivos para isso são muitos. Afinal, os artefatos arqueológicos, os templos, as múmias, as pirâmides e as ruínas de construções milenares nos mostram uma cultura incrível e única. Nenhuma outra sociedade da antiguidade possui, hoje, tantas referências como a egípcia. Sua fascinante história de quase três milênios inicia por volta do ano 3100 a.C., quando o Egito ainda estava dividido em dois reinos distintos, já o seu término ocorre com a conquista macedônica em 332 a.C., quando as tropas lideradas por Alexandre Magno subjugaram o Egito.

O Egito Antigo surgiu e se desenvolveu ao redor do rio Nilo, uma região muito fértil, mas rodeada de desertos. Por isso, o grego Heródoto afirmou que "o Egito é uma dádiva do Nilo". Mas os desertos não eram de todo mal, pois formam uma proteção natural repelindo possíveis invasões estrangeiras.

No norte, próximo ao Mar Mediterrâneo, ficava o Delta do Nilo, a mais fértil das regiões egípcias. No Delta havia muitos animais como hipopótamos, aves e jacarés. A fauna e a flora local eram as mais ricas do Egito. Já no sul ficava a Núbia, um reino rival. Ao leste ficava o Mar Vermelho e ao Oeste existiam somente desertos.

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.....01

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA.

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas

1- Política/Geopolítica

Avaliando o cenário nacional e internacional ao longo dos últimos cinco anos, não se pode negar os fatores que influenciaram o funcionamento das instituições políticas nas nações, como a própria crise financeira. Esse elemento impulsionou instabilidades políticas, em tempos de insatisfação popular, em meio a protestos contra a situação financeira e agravamento das desigualdades sociais nas nações.

Numa visão mais global, a crise econômica impactou a geração de empregos, trouxe mais pobreza. E uma das medidas de parte dos países, especialmente nações como Grécia ou Espanha, foi recorrer à austeridade fiscal, com impacto na redução de programas sociais, o que trouxe profunda insatisfação popular.

No caso do Brasil, a partir de 2016 é perceptível o quanto a crise política influenciou os negócios e economia, com redução de PIB (Produto Interno Bruto), aumento desemprego, além de fuga de investimentos estrangeiros, entre outras questões. Levando em conta que o próprio agravamento da crise econômica constituiu-se em um cenário também global, não sendo exclusividade do Brasil.



#FicaDica

A crise financeira é um assunto perfeitamente tratado em economia, mas também transita em geopolítica – à medida que influencia a performance nas instituições políticas e impacto nas nações e relação com o mundo, por exemplo.



FIQUE ATENTO!

Esses temas podem trazer questões com textos de apoio (recortes de jornais ou livros), sendo essencial caprichar na interpretação e entendimento do conteúdo para se dar bem. Portanto, mantenha atenção à leitura, parte das respostas pode estar no enunciado.



EXERCÍCIO COMENTADO

Câmara dos Deputados - Analista Legislativo – CESPE/ 2014.

Da Espanha ao Himalaia, o mundo está cheio de povos que, como o da Crimeia, querem se separar de um Estado ou obter mais autonomia. Existem cerca de setenta movimentos separatistas e secessionistas no mundo, dos quais pouco mais de vinte são ativos. Os primeiros aceitam autonomia dentro de um país. Os segundos só aceitam independência. E o mapa global não para de se transformar: pelo menos trinta novos países emergiram desde o fim da Guerra Fria em 1989, por meio de processo de secessão, nas contas de especialistas.

Globo, 23/3/2014, p.32.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando a geopolítica mundial do tempo presente, julgue o item a seguir.

Na Ucrânia, a crise, que se arrastou no tempo, com as multidões ocupando as ruas de sua capital, Kiev, deve-se, entre muitas outras razões, à estratégica opção pela aproximação com a União Soviética ou a integração à União Europeia.

- () certo
- () errado

Resposta: Certo. O embate interno Ucrânia ocorreu basicamente devido ao conflito entre grupos favoráveis a uma aproximação do país com a União Europeia, o que no entendimento deles traria estabilidade à nação, contra grupos defensores de aliança com a Rússia, tradicional nação aliada, desde os tempos de União Soviética.

2-Economia

Entre 2015 e 2016, a economia brasileira passou por tempos críticos de recessão, atendendo uma tendência mundial. Esse cenário também atingiu outros mercados globais, com impacto na geração de emprego e aumento da pobreza e desigualdade social.

No Brasil, houve encolhimento do PIB (Produto Interno Bruto) e redução do poder de compra da população. Em anos anteriores, a chamada classe C enfrentou tempos de apogeu com política de incentivo de crédito até a chegada da crise, a partir de 2015.

Em 2018, é perceptível uma melhora quanto à economia e PIB nacional, mesmo que de forma lenta. Setores como serviços e construção, por exemplo, têm registrado índices positivos gradualmente desde o final de 2017.



#FicaDica

Acompanhe sempre esses indicativos quanto ao crescimento ou encolhimento do PIB, observando a performance dos anos anteriores. Esse monitoramento contribui para instaurar de forma natural maior proximidade com o tema, pois questões relativas à economia sempre carregam a sensação de serem complexas demais. E isso não deve ocorrer, é preciso entender que esse assunto está ligado à realidade das pessoas.



FIQUE ATENTO!

Muitas vezes a resposta é fácil e óbvia, mas propositalmente a banca elabora uma pergunta aparentemente mais difícil. Então, a solução é tentar captar a essência da questão e perguntar a si mesmo o que ela propõe.



EXERCÍCIO COMENTADO

Câmara dos Deputados - Analista Legislativo - CES-PE /2014. Quatro gigantes do agronegócio — Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus — mais a estruturadora de negócios Estação da Luz Participações pretendem associar-se para criar uma empresa de logística que participará dos leilões de concessão de ferrovias. Juntas, elas respondem por 70% das exportações de grãos do país. Essas empresas estão dispostas a construir e operar novas linhas em Mato Grosso. O alvo principal da sociedade, porém, é atuar como transportadora independente de carga ferroviária, uma figura que não existe hoje no Brasil, mas será criada com base no novo modelo para ferrovias proposto pelo governo.

O Estado de S.Paulo, 23/3/2014, p. B1.

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando o tema por ele abordado — a inserção econômica internacional do Brasil e as características essenciais do atual estágio da economia global —, julgue o item seguinte.

A inserção econômica internacional do Brasil tem sido facilitada pela disposição do país em participar de blocos econômicos bem estruturados, como o MERCOSUL e o Pacto Andino, com grande capacidade de produzir e de ganhar largas fatias do mercado mundial e que abandonaram, há tempos, atitudes protecionistas.

- () certo
- () errado

Resposta: Errado. Note que uma das questões mais impactantes quando se trata de blocos econômicos é o protecionismo. Nessas negociações, cada nação avalia o que é vantajoso para si e o que não impacta de forma negativa em seu mercado interno. Entre 2017 e 2018, por exemplo, o Mercosul enfrentou atitudes protecionistas da Europa e Estados Unidos quanto à exportação de seus produtos para esses mercados.

3- Desenvolvimento Sustentável e Ecologia

As questões relativas à sustentabilidade e ecologia são bastante tratadas nos concursos ao longo dos anos. É um tema complexo e considerado uma das prioridades para humanidade, como abordado em conferências e comissões ambientais aprovadas por órgãos como a ONU.

Desde a Conferência Rio-92, considerado um marco para o ambientalismo no planeta, a sociedade tem abordado cada vez mais a necessidade de apoiar e implementar políticas de preservação ambiental. Nesse contexto, iniciou debate sobre sustentabilidade quanto ao consumo, produção e forma de se relacionar com a Terra.

A sustentabilidade também chegou ao meio corporativo, as empresas se engajaram nessa tendência, que acarreta reputação às organizações, à medida que se discute a urgência e necessidade de focar em ações ambientalmente corretas. E nesse contexto, surge cobrança, por parte de órgãos ambientais e sociedade, em relação às nações, para que cooperem com os tratados climáticos com intuito de combater o aquecimento global.



#FicaDica

É importante ter noção sobre conferências e acordos ambientais marcantes, como: Eco-92, Rio+20 e Protocolo de Kyoto.



FIQUE ATENTO!

Questões sobre meio ambiente e sustentabilidade, nem sempre, focam apenas em preservação ambiental diretamente, como índices de desmatamento nas florestas e poluição, mas podem abordar o papel das nações em relação ao compromisso nessas questões urgentes. Tem a ver com a reputação e responsabilidade do país quanto à degradação ambiental. Estados Unidos e China, por exemplo, são bem criticados por fazerem o mínimo, em relação ao tema, na opinião de organizações ligadas à causa ambiental.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios.	01
Regime jurídico Administrativo.	01
Poderes da Administração Pública.	05
Serviço Público.	09
Atos Administrativos.	20
Contratos Administrativos e Licitação.	27
Bens Públicos.	60
Administração Direta e Indireta.	66
Controle da Administração Pública.	68
Responsabilidade do Estado.	77

PRINCÍPIOS. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.

Regime jurídico-administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da administração pública

Regime jurídico é uma expressão que designa o tratamento normativo que o ordenamento confere a determinado assunto. Com efeito, o regime jurídico administrativo corresponde ao conjunto de regras e princípios que estruturam o Direito Administrativo, atribuindo-lhe autonomia enquanto um ramo autônomo da ciência jurídica. No mais, coloca-se o Estado numa posição verticalizada em relação ao administrado.

Logo, regime jurídico-administrativo é o conjunto de princípios e regras que compõem o Direito Administrativo, conferindo prerrogativas e fixando restrições à Administração Pública peculiares, não presentes no direito privado, bem como a colocando em uma posição de supremacia quanto aos administrados.

Os objetivos do regime jurídico-administrativo são o de proteção dos direitos individuais frente ao Estado e de satisfação de interesses coletivos.

Os princípios e regras que o compõem se encontram espalhados pela Constituição e por legislações infraconstitucionais. A base do regime jurídico administrativo está nos princípios que regem a Administração Pública.



#FicaDica

Regime jurídico administrativo = regras + princípios = normas que compõem o Direito Administrativo

Princípios constitucionais expressos

*Art. 37, Constituição Federal. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte: [...]*

São princípios da administração pública, nesta ordem: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



#FicaDica

Para memorizar: veja que as iniciais das palavras formam o vocábulo LIMPE, que remete à limpeza esperada da Administração Pública.

Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência

É de fundamental importância um olhar atento ao significado de cada um destes princípios, posto que eles estruturam todas as regras éticas prescritas no Código de Ética e na Lei de Improbidade Administrativa, tomando como base os ensinamentos de Carvalho Filho¹ e Spitzcovsky²:

a) Princípio da legalidade: Para o particular, legalidade significa a permissão de fazer tudo o que a lei não proíbe. Contudo, como a administração pública representa os interesses da coletividade, ela se sujeita a uma relação de subordinação, pela qual só poderá fazer o que a lei expressamente determina (assim, na esfera estatal, é preciso lei anterior editando a matéria para que seja preservado o princípio da legalidade). A origem deste princípio está na criação do Estado de Direito, no sentido de que o próprio Estado deve respeitar as leis que dita.

b) Princípio da impessoalidade: Por força dos interesses que representa, a administração pública está proibida de promover discriminações gratuitas. Discriminar é tratar alguém de forma diferente dos demais, privilegiando ou prejudicando. Segundo este princípio, a administração pública deve tratar igualmente todos aqueles que se encontrem na mesma situação jurídica (princípio da isonomia ou igualdade). Por exemplo, a licitação reflete a impessoalidade no que tange à contratação de serviços. O princípio da impessoalidade correlaciona-se ao princípio da finalidade, pelo qual o alvo a ser alcançado pela administração pública é somente o interesse público. Com efeito, o interesse particular não pode influenciar no tratamento das pessoas, já que deve-se buscar somente a preservação do interesse coletivo.

c) Princípio da moralidade: A posição deste princípio no artigo 37 da CF representa o reconhecimento de uma espécie de moralidade administrativa, intimamente relacionada ao poder público. A administração pública não atua como um particular, de modo que enquanto o descumprimento dos preceitos morais por parte deste particular não é punido pelo Direito (*a priori*), o ordenamento jurídico adota tratamento rigoroso do comportamento imoral por parte dos representantes do Estado. O princípio da moralidade deve se fazer presente não só para com os administrados, mas também no âmbito interno. Está indissociavelmente ligado à noção de bom administrador, que não somente deve ser conhecedor da lei, mas também dos princípios éticos regentes da função administrativa. **TODO ATO IMORAL SERÁ DIRETAMENTE ILEGAL OU AO MENOS IMPESSOAL**, daí a intrínseca ligação com os dois princípios anteriores.

d) Princípio da publicidade: A administração pública é obrigada a manter transparência em relação a todos seus atos e a todas informações armazenadas nos seus bancos de dados. Daí a publicação em órgãos da imprensa e a afixação de portarias. Por exemplo, a própria expressão concurso *público* (art. 37, II, CF) remonta ao ideário de que todos devem tomar conhecimento do processo seletivo de servidores do Estado. Diante disso, como será visto, se negar indevidamente a fornecer informações ao administrado caracteriza ato de improbidade administrativa.

1 CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2010.

2 SPITZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo**. 13. ed. São Paulo: Método, 2011.

No mais, prevê o §1º do artigo 37, CF, evitando que o princípio da publicidade seja deturpado em propaganda político-eleitoral:

*Artigo 37, §1º, CF. A **publicidade** dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter **caráter educativo, informativo ou de orientação social**, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Somente pela publicidade os indivíduos controlarão a legalidade e a eficiência dos atos administrativos. Os instrumentos para proteção são o direito de petição e as certidões (art. 5º, XXXIV, CF), além do *habeas data* e - residualmente - do mandado de segurança. Neste viés, ainda, prevê o artigo 37, CF em seu §3º:

*Artigo 37, §3º, CF. A lei disciplinará as formas de **participação do usuário na administração pública direta e indireta**, regulando especialmente:*

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

e) Princípio da eficiência: A administração pública deve manter o ampliar a qualidade de seus serviços com controle de gastos. Isso envolve eficiência ao contratar pessoas (o concurso público seleciona os mais qualificados ao exercício do cargo), ao manter tais pessoas em seus cargos (pois é possível exonerar um servidor público por ineficiência) e ao controlar gastos (limitando o teto de remuneração), por exemplo. O núcleo deste princípio é a procura por produtividade e economicidade. Alcança os serviços públicos e os serviços administrativos internos, se referindo diretamente à conduta dos agentes.

Princípios administrativos implícitos

Além destes cinco princípios administrativo-constitucionais diretamente selecionados pelo constituinte, podem ser apontados outros princípios que regem a função pública, esparsos na legislação infraconstitucional e implícitos na norma constitucional:

a) Princípio da legitimidade: todo ato administrativo praticado pela Administração Pública é presumido legítimo. Maria Sylvania Zanella Di Pietro entende que, "há cinco fundamentos para justificar a presunção de legitimidade: a) o procedimento e as formalidades que antecedem sua edição, constituindo garantia de observância da lei; b) o fato de expressar a soberania do poder estatal, de modo que a autoridade que expede o ato; c) a necessidade de

assegurar celeridade no cumprimento das decisões administrativas; d) os mecanismos de controle sobre a legalidade do ato; e) a sujeição da Administração ao princípio da legalidade, presumindo-se que seus atos foram praticados em conformidade com a lei".

b) Princípio da participação: Quem deve participar é quem vive na sociedade, é o cidadão, aquele que pode ter direitos. Participar é ao mesmo tempo um direito e um dever. O cidadão deve participar, esta é uma obrigação de todo aquele que vive em sociedade. E o cidadão deve ter espaço para participar. Com a ampliação do conceito de soberania e cidadania e, conseqüentemente, da responsabilidade do cidadão, se torna ainda mais evidente esta necessidade de participar. A democracia brasileira adota a modalidade semidireta, porque possibilita a participação popular direta no poder por intermédio de processos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (art. 14, CF). No entanto, reconhece-se que as hipóteses de participação constitucionalmente expressas não esgotam o rol de possibilidades de exercício da participação pelo povo. Por exemplo, o próprio exercício de liberdade de manifestação se encaixa como participação, tal como a participação em audiências públicas, etc.

c) Princípios da razoabilidade e proporcionalidade: Razoabilidade e proporcionalidade são fundamentos de caráter instrumental na solução de conflitos que se esteleçam entre direitos, notadamente quando não há legislação infraconstitucional específica abordando a temática objeto de conflito. Neste sentido, quando o poder público toma determinada decisão administrativa deve se utilizar destes vetores para determinar se o ato é correto ou não, se está atingindo indevidamente uma esfera de direitos ou se é regular. Tanto a razoabilidade quanto a proporcionalidade servem para evitar interpretações esdrúxulas manifestamente contrárias às finalidades do texto declaratório.

Razoabilidade e proporcionalidade guardam, assim, a mesma finalidade, mas se distinguem em alguns pontos. Historicamente, a razoabilidade se desenvolveu no direito anglo-saxônico, ao passo que a proporcionalidade se origina do direito germânico (muito mais metódico, objetivo e organizado), muito embora uma tenha buscado inspiração na outra certas vezes. Por conta de sua origem, a proporcionalidade tem parâmetros mais claros nos quais pode ser trabalhada, enquanto a razoabilidade permite um processo interpretativo mais livre. Evidencia-se o maior sentido jurídico e o evidente caráter delimitado da proporcionalidade pela adoção em doutrina de sua divisão clássica em 3 sentidos:

- adequação, pertinência ou idoneidade: significa que o meio escolhido é de fato capaz de atingir o objetivo pretendido;

- necessidade ou exigibilidade: a adoção da medida restritiva de um direito humano ou fundamental somente é legítima se indispensável na situação em concreto e se não for possível outra solução menos gravosa;

- proporcionalidade em sentido estrito: tem o sentido de máxima efetividade e mínima restrição a ser guardado com relação a cada ato jurídico que recaia sobre um direito humano ou fundamental, notadamente verificando se há uma proporção adequada entre os meios utilizados e os fins desejados.

d) Princípio da economicidade: Deve ser buscado sempre o menor custo para atingir ao fim pretendido pela

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos e garantias fundamentais.....	01
Estrutura e organização do Estado Brasileiro.	05
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.	15

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de inter-relação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus ;

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Inquérito policial.	01
2 Ação penal.....	04

1. INQUÉRITO POLICIAL.

O Inquérito Policial foi criado por meio do nº 482, de 22 de novembro de 1871, como instrumento oficial da *persecutio criminis extra-judicio*. Com o advento do Código de Processo Penal de 1941, o inquérito policial foi mantido, como um instrumento de garantia do cidadão contra abusivas acusações. O inquérito policial é o instrumento que busca a prova do fato, se efetivamente ocorreu a infração penal e se houve ofensa a um bem tutelado juridicamente. Busca também indícios de autoria e o agente é imputável, penalmente capaz para responder pelos seus atos.

Inexiste acusação formal, motivo pelo qual inquérito policial é um procedimento administrativo cuja finalidade é judiciária. Esta sua natureza jurídica é de instrução criminal extrajudicial, mesclando seus atos ora em administrativo, ora judicial.

Quem preside o inquérito policial é a autoridade policial, no caso, o Delegado de Polícia. E nos termos do art. 144, IV, § 4º, da CF, combinado com o artigo 4º, *caput*, do CPP, é a autoridade policial, o Delegado de Polícia competente para dirigir as investigações criminais por meio do inquérito policial no exercício de polícia judiciária.

Como vimos, a polícia judiciária é exercida pelas autoridades policiais, ou seja, delegados de polícia civil e delegados de polícia federal, no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. Esta competência não exclui a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

O requerimento a que se refere do ofendido ou de quem tiver qualidade para representar a vítima deve conter, sempre que possível, a narração do fato, com todas as circunstâncias, além da individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de fazê-lo. E também, se possível, a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência.

Delatio criminis é quando qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito policial não poderá ser iniciado sem a representação.

Já nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.



FIQUE ATENTO!

Cabe Agravo de Instrumento contra despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito.

A autoridade policial deverá, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal:

- dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias
- ouvir o ofendido.
- ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto sobre o interrogatório do acusado, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura.
- proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.
- ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes deve ter ressalvas. O art. 5º, LVIII, da CF, passou a estabelecer que o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei. Esta norma pretendeu resguardar o indivíduo civilmente identificado, preso em flagrante, indiciado ou mesmo denunciado, do constrangimento de se submeter às formalidades de identificação criminal - fotográfica e datiloscópica - consideradas por muitas vexatórias, principalmente quando documentadas pelos órgãos da imprensa.
- averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter
- colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

O art. 7º, do CPP, trata de reprodução simulada dos fatos, que para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá usar esse recurso, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

Havendo prisão em flagrante, deverá observar que, apresentado o preso à autoridade competente, esta ouvirá o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

Resultando das respostas fundada a suspeita contra o conduzido, a autoridade mandará recolhê-lo à prisão, exceto no caso de livrar-se solto ou de prestar fiança, e prosseguirá nos atos do inquérito ou processo, se para isso for competente. E se não o for competente, enviará os autos à autoridade que o seja. A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

Observe que quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o atuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

Quando o fato for praticado em presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções, constarão do auto a narração deste fato, a voz de prisão, as declarações que fizer o preso e os depoimentos das testemunhas, sendo tudo assinado pela autoridade, pelo preso e pelas testemunhas e remetido imediatamente ao juiz a quem couber tomar conhecimento do fato delituoso, se não o for a autoridade que houver presidido o auto.

Se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade, depois de lavrado o auto de prisão em flagrante.

Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito e rubricadas pela autoridade, tudo com prazo definido em lei.



#FicaDica

A regra do CPP é que o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.

O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Prazos para conclusão do inquérito policial em dias		
	Preso	Solto
Art. 10, do CPP	10	30
Polícia Federal	15 + 15	30
Inquérito Policial Militar	20	40 + 20
Lei de drogas	30 + 30	90 + 90
Crimes contra a economia popular	10	10

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

1 Lei Estadual nº 5.346/1992 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas).	01
2 Decreto Estadual nº 37.042/1996 (Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Alagoas e dá outras providências).	09
3 Decreto-Lei nº 2.848/1940 e suas alterações (Parte geral do Código Penal): Título I a III.	13

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

1 LEI ESTADUAL Nº 5.346/1992 (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS).

APOSTILA NOVA CONCURSOS

Lei Estadual nº 5.346/1992 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas)

TÍTULO I Das finalidades da lei

A Lei Estadual nº 5.345/1992 surgiu para regulamentar os deveres, direitos, como também as prerrogativas dos servidores públicos militares do Estado de Alagoas.

A polícia militar, força auxiliar e reserva do exército são subordinados administrativamente e operacionalmente pelo Governador do Estado, e para fins de defesa interna são subordinados do Exército Brasileiro.

Os militares se dividem em "ativa" os quais são os militares de carreira, alunos e etc e em "inativos" são os da reserva e os dispensados definitivamente.

O serviço do policial militar é desempenhado compreendendo todos os encargos previstos na legislação específica e peculiar, relacionados com a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo, sendo a carreira privativa do pessoal da ativa e privativa de brasileiro nato.

Conceituação

Neste tópico, a Lei específica o que quer dizer cada coisa dentro da organização do policial militar. Vejamos algumas delas, conforme art. 6º da Lei Estadual nº 5.345/1992:

- Polícia Ostensiva – seriam os atos de prevenção e repressão destinadas à preservação da Ordem Pública;

- Ordem Pública – consiste em ser a situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, baseada nos princípios éticos vigentes na sociedade;

- Serviço ativo – seria o serviço desempenhado pelo policial militar nos órgãos, cargos e funções previstas na legislação pertinente;

- Posto - é o grau hierárquico privativo do oficial, conferido por ato do Chefe do Poder Executivo;

- Policial Militar Temporário - condição de serviço ativo transitório, exercido por policial militar, quando oriundo do meio civil, para frequentar curso de formação ou adaptação de oficiais;

- Cargo - é o encargo administrativo previsto na legislação da Corporação, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente, devendo ser provido e exercido na forma da lei;

- Função - é o exercício do cargo, através do conjunto dos direitos, obrigações e atribuições do policial militar em sua atividade profissional específica;

- Hierarquia - é a ordenação da autoridade nos diferentes níveis, dentro da estrutura policial militar;

- Disciplina - é a rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e dispositivos que fundamentam a Organização Policial Militar

- Nomeação - é a modalidade de movimentação em que o cargo a ser ocupado pelo policial militar é nela especificado;

- Deserção - é a situação em que o policial militar deixa de comparecer, sem licença, à unidade onde serve por mais de oito dias consecutivos;

- Legislação Básica - é a legislação federal ou estadual que serve de base na elaboração da legislação peculiar;

- Legislação Peculiar - é a legislação inerente às atividades ou administração da Polícia Militar, legislação própria da Corporação;

- Legislação Específica - é a legislação que trata de um único assunto.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. QUESTÃO DO AUTOR: "Modalidade de movimentação em que o cargo a ser ocupado pelo policial militar é nela especificado".

Qual das assertivas abaixo corresponde com o enunciado á cima?

- A) Deserção.
- B) Nomeação.
- C) Posto.
- D) Hierarquia.
- E) Função.

Comentário: A alternativa correta é a letra B. A conceituação do enunciado, de acordo com o art. 6º, XIV do Estatuto do Policial Militar de Alagoas, representa a nomeação ao cargo.

TÍTULO II Do ingresso na profissão de policial militar

Para se tornar um policial militar, é necessário iniciar com a matrícula no concurso, a qual será regularizada conforme as normas elaboradas pelo Comandante Geral da Corporação, dando as condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão física e intelectual, sanidade física e mental, idoneidade moral, além da necessidade do candidato não exercer nem ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

Todos os brasileiros poderão participar do concurso, não havendo distinções de raça, religião, cor, sexo e etc.

Caso o candidato passe na prova, ele será:

- soldado de 3ª classe: alunos do curso de formação de soldados de ambos os sexos.

- cabos: alunos do curso de formação de sargentos, quando oriundos do meio civil ou soldado da Corporação.

- cadete do 1º, 2º, 3º e 4º: para os alunos do curso de formação de oficiais.

- 2º tenente: para os alunos de curso ou estágio de adaptação de oficiais.

Após o término do curso, os alunos serão policiais militares cada um em sua respectiva função da qual estudou.

Hierarquia e Disciplina

A polícia militar tem a hierarquia e a disciplina como base de seus serviços. A hierarquia é estabelecida por postos e por graduações, podendo ser aumentada conforme a autoridade e responsabilidade crescem. Já a disciplina é fundamentada no regular e harmônico cumprimento do dever de cada componente da Polícia Militar.

Quanto a hierarquia na polícia militar, ela é dividida em círculos de escala, como por exemplo:

a) círculos hierárquicos de oficiais:

a.1) círculo de oficiais superiores:

1º Coronel

2º Tenente-Coronel

3º Major

a.2) círculo de oficiais intermediários:

1º Capitão

a.3) círculo de oficiais subalternos:

1º Tenente

2º Tenente

b) os círculos hierárquicos de praças:

b.1) círculo de subtenentes e sargentos:

1º Subtenente

2º Primeiro Sargento

3º Segundo Sargento

4º Terceiro Sargento

b.2) círculo de cabos e soldados:

1º Cabo

2º Soldado

TÍTULO III Dos cargos e funções

Os cargos na polícia militar são aqueles especificado nos Quadros de Organização da Corporação, sendo considerados "vagos" a partir da data de sua criação, ou exoneração e deserção do titular, bem como também, em caso de falecimento.

As funções militares e o exercício dos cargos previstos nos Quadros de Organização da Corporação serão realizados nos seguintes órgãos:

a) em órgãos federais relacionados com as missões das Forças Auxiliares;

b) na Casa Militar do Governador;

c) nas Assessorias Militares;

d) no Gabinete do Presidente da República ou do Vice-Presidente da

República;

e) estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas ou de outra

Corporação Militar, no país ou no Exterior, como instrutor ou aluno;

f) outras Corporações Militares, durante o período passado à disposição.

g) em função de Subdelegado de Polícia e no DETRAN;

h) em órgãos internacionais quando em missão de Paz.

Importante lembrar, que esses cargos poderão ser exercidos pelo o período máximo de 4 anos, contínuos ou não, exceto quando no exercício da chefia do gabinete ou da assessoria.

Comando e Subordinação

O comando consiste em ser o exercício do cargo de chefia que habilita conduzir homens ou dirigir uma Organização Policial Militar, sendo este, vinculado diretamente ao grau hierárquico constituindo uma prerrogativa impessoal, cujo exercício do policial militar se define e se caracteriza como chefe.

No que tange a subordinação, a mesma não afeta de modo algum a dignidade pessoal e o decoro do policial militar, limitando-se exclusivamente a estrutura hierarquizada da polícia militar.

Os subtenentes e sargentos tem o dever de assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, regras de serviço e normas operativas por parte das praças

diretamente subordinadas, como também, a manutenção da coesão e da moral das mesmas em todas as circunstâncias previstas, sendo que, os cabos e os soldados são especialmente elementos de execução.

Destaca-se, que no cumprimento de ordens recebidas, o executante responde pelas omissões, erros e excessos em que cometer.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. QUESTÃO DO AUTOR: O ingresso na Polícia Militar do Estado de Alagoas é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça, sexo, cor ou credo religioso, mediante matrícula ou nomeação, após aprovação em concurso público de prova ou provas e títulos, observadas as condições prescritas em regulamentos da Corporação.

() CERTO

() ERRADO

Comentário: A alternativa está CERTA. O enunciado a cima encontra-se certo, pois é fundamentação do art. 7º do Estatuto do Policial Militar de Alagoas.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1 Conceito.	01
2 Evolução.	01
3 Abrangência.	01
4 Sistema de Proteção.	09
5 Convenção americana sobre direitos humanos (Pacto de São José e Decreto nº 678/1992).	20

CONCEITO. EVOLUÇÃO. ABRANGÊNCIA.

Conceito

Teoria geral dos direitos humanos é o estudo dos direitos humanos, desde os seus elementos básicos como conceito, características, fundamentação e finalidade, passando pela análise histórica e chegando à compreensão de sua estrutura normativa.

Na atualidade, a primeira noção que vem à mente quando se fala em direitos humanos é a dos documentos internacionais que os consagram, aliada ao processo de transposição para as Constituições Federais dos países democráticos. Contudo, é possível aprofundar esta noção se tomadas as raízes históricas e filosóficas dos direitos humanos, as quais serão abordadas em detalhes adiante, acrescentando-se que existem direitos inatos ao homem independentemente de previsão expressa por serem elementos essenciais na construção de sua dignidade.

Logo, um conceito preliminar de direitos humanos pode ser estabelecido: direitos humanos são aqueles inerentes ao homem enquanto condição para sua dignidade que usualmente são descritos em documentos internacionais para que sejam mais seguramente garantidos. A conquista de direitos da pessoa humana é, na verdade, uma busca da dignidade da pessoa humana.

O direito natural se contrapõe ao direito positivo, localizado no tempo e no espaço: tem como pressuposto a ideia de imutabilidade de certos princípios, que escapam à história, e a universalidade destes princípios transcendem a geografia. A estes princípios, que são dados e não postos por convenção, os homens têm acesso através da razão comum a todos (todo homem é racional), e são estes princípios que permitem qualificar as condutas humanas como boas ou más, qualificação esta que promove uma contínua vinculação entre norma e valor e, portanto, entre Direito e Moral.¹

As premissas dos direitos humanos se encontram no conceito de lei natural. Lei natural é aquela inerente à humanidade, independentemente da norma imposta, e que deve ser respeitada acima de tudo. O conceito de lei natural foi fundamental para a estruturação dos direitos dos homens, ficando reconhecido que a pessoa humana possui direitos inalienáveis e imprescritíveis, válidos em qualquer tempo e lugar, que devem ser respeitados por todos os Estados e membros da sociedade. O direito natural é, então, comum a todos e, ligado à própria origem da humanidade, representa um padrão geral, funcionando como instrumento de validação das ordens positivas².

1 LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

2 LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

O direito natural, na sua formulação clássica, não é um conjunto de normas paralelas e semelhantes às do direito positivo, e sim o fundamento deste direito positivo, sendo formado por normas que servem de justificativa a este, por exemplo: "deve se fazer o bem", "dar a cada um o que lhe é devido", "a vida social deve ser conservada", "os contratos devem ser observados" etc.³

Em literatura, destaca-se a obra do filósofo Sófocles⁴ intitulada *Antígona*, na qual a personagem se vê em conflito entre seguir o que é justo pela lei dos homens em detrimento do que é justo por natureza quando o rei Creonte impõe que o corpo de seu irmão não seja enterrado porque havia lutado contra o país. Neste sentido, a personagem Antígona defende, ao ser questionada sobre o descumprimento da ordem do rei: "sim, pois não foi decisão de Zeus; e a Justiça, a deusa que habita com as divindades subterrâneas, jamais estabeleceu tal decreto entre os humanos; tampouco acredito que tua proclamação tenha legitimidade para conferir a um mortal o poder de infringir as leis divinas, nunca escritas, porém irrevogáveis; não existem a partir de ontem, ou de hoje; são eternas, sim! E ninguém pode dizer desde quando vigoram! Decretos como o que proclamaste, eu, que não temo o poder de homem algum, posso violar sem merecer a punição dos deuses! [...]".

O desrespeito às normas de direito natural - e porque não dizer de direitos humanos - leva à invalidade da norma que assim o preveja (Ex: autorizar a tortura para fins de investigação penal e processual penal não é simplesmente inconstitucional, é mais que isso, por ser inválida perante a ordem internacional de garantia de direitos naturais/humanos uma norma que contrarie a dignidade inerente ao homem sob o aspecto da preservação de sua vida e integridade física e moral).

Enfim, quando questões inerentes ao direito natural passam a ser colocadas em textos expressos tem-se a formação de um conceito contemporâneo de direitos humanos. Entre outros documentos a partir dos quais tal concepção começou a ganhar forma, destacam-se: Magna Carta de 1215, *Bill of Rights* ao final do século XVII e Constituições da Revolução Francesa de 1789 e Americana de 1787. No entanto, o documento que constitui o marco mais significativo para a formação de uma concepção contemporânea de direitos humanos é a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Após ela, muitos outros documentos relevantes surgiram, como o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e Pacto Internacional de Direitos Humanos, Sociais e Culturais, ambos de 1966, além da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) de 1969, entre outros.

Os direitos humanos possuem as seguintes características principais:

3 MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do Direito**. 26. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

4 SÓFOCLES. *Édipo rei / Antígona*. Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1) **Historicidade:** os direitos humanos possuem antecedentes históricos relevantes e, através dos tempos, adquirem novas perspectivas. Nesta característica se enquadra a noção de dimensões de direitos.

2) **Universalidade:** os direitos humanos pertencem a todos e por isso se encontram ligados a um sistema global (ONU), o que impede o retrocesso.

3) **Inalienabilidade:** os direitos humanos não possuem conteúdo econômico-patrimonial, logo, são intransferíveis, inegociáveis e indisponíveis, estando fora do comércio, o que evidencia uma limitação do princípio da autonomia privada.

4) **Irrenunciabilidade:** direitos humanos não podem ser renunciados pelo seu titular devido à fundamentalidade material destes direitos para a dignidade da pessoa humana.

5) **Inviolabilidade:** direitos humanos não podem deixar de ser observados por disposições infraconstitucionais ou por atos das autoridades públicas, sob pena de nulidades.

6) **Indivisibilidade:** os direitos humanos compõem um único conjunto de direitos porque não podem ser analisados de maneira isolada, separada.

7) **Imprescritibilidade:** os direitos humanos não se perdem com o tempo, não prescrevem, uma vez que são sempre exercíveis e exercidos, não deixando de existir pela falta de uso (prescrição).

8) **Complementaridade:** os sistemas regionais descentralizam a ONU para respeitar a complementaridade, ou seja, os diferentes elementos de base cultural, religiosa e social das diversas regiões.

9) **Interdependência:** as dimensões de direitos humanos apresentam uma relação orgânica entre si, logo, a dignidade da pessoa humana deve ser buscada por meio da implementação mais eficaz e uniforme das liberdades clássicas, dos direitos sociais, econômicos e de solidariedade como um todo único e indissolúvel.

10) **Efetividade:** para dar efetividade aos direitos humanos a ONU se subdivide, isto é, o tratamento é global mas certas áreas irão cuidar de determinados direitos de suas regiões. Além disso, há uma descentralização para os sistemas regionais para preservar a complementaridade, sem a qual não há efetividade. Reflete tal característica a aplicabilidade imediata dos direitos humanos prevista no art. 5º, §1º da Constituição Federal.

11) **Relatividade:** o princípio da relatividade dos direitos humanos possui dois sentidos: por um, o multiculturalismo existente no globo impede que a universalidade se consolide plenamente, de forma que é preciso levar em consideração as culturas locais para compreender adequadamente os direitos humanos; por outro, os direitos humanos não podem ser utilizados como um escudo para práticas ilícitas ou como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade por atos ilícitos, assim os direitos humanos não são ilimitados e encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados como humanos.

A finalidade primordial dos direitos humanos é garantir que a dignidade do homem não seja violada, estabelecendo um rol de bens jurídicos fundamentais que merecem proteção inerentes, basicamente, aos direitos civis (vida, segurança, propriedade e liberdade), políticos (participação direta e indireta nas decisões políticas), econômicos (trabalho), so-

ciais (igualdade material, educação, saúde e bem-estar), culturais (participação na vida cultural) e ambientais (meio ambiente saudável, sustentabilidade para as futuras gerações). Percebe-se uma proximidade entre os direitos humanos e os direitos fundamentais do homem, o que ocorre porque o valor da pessoa humana na qualidade de valor-fonte da ordem de vida em sociedade fica expresso juridicamente nestes direitos fundamentais do homem.

Finalizando o tópico, estuda-se a estrutura normativa dos direitos humanos. Na verdade, ela se assemelha com a estrutura normativa do próprio direito internacional, já que os direitos humanos designam notadamente os direitos afirmados universalmente em documentos internacionais, registrados perante organizações internacionais diversas.

A formação de uma estrutura normativa de direitos humanos pode ser remontada ao processo de internacionalização destes direitos, que é relativamente recente, remetendo-se ao pós-guerra enquanto resposta às atrocidades e aos terrores cometidos durante o nazismo, notadamente diante da lógica de destruição de Hitler e da descartabilidade da pessoa humana por ele pregada que gerou o extermínio de 11 milhões de pessoas, tudo com embasamento legal. Logo, se a Segunda Guerra Mundial foi uma ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra foi o marco para o reencontro com estes⁵, consolidando-se o processo de formação dos sistemas internacionais de proteção pouco a pouco.

Os sistemas internacionais de proteção de direitos humanos se estabelecem no âmbito de organizações internacionais, conforme as regras e princípios de direito internacional.

Globalmente, coexistem sistemas geral e especial de proteção de direitos humanos, que funcionam complementarmente. Nesta linha, o sistema especial realça o processo de especificação do sujeito de Direito, passando ele a ser visto em sua especificidade e concreticidade (ex: criança, grupos vulneráveis, mulher). Já o sistema geral é endereçado a toda e qualquer pessoa, concebida em sua abstração e generalidade. Não obstante, junto ao sistema normativo global existem os sistemas normativos regionais de proteção, internacionalizando direitos humanos no plano regional, notadamente Europa, América e África, cada qual com aparato jurídico próprio⁶. Tais sistemas coexistem de forma complementar, junto com o próprio sistema nacional de proteção (caráter interno).

5 PIOVESAN, Flávia. Introdução ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: a convenção americana de direitos humanos. In: GOMES, Luís Flávio; PIOVESAN, Flávia (Coord.). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

6 PIOVESAN, Flávia. Introdução ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: a convenção americana de direitos humanos. In: GOMES, Luís Flávio; PIOVESAN, Flávia (Coord.). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MATEMÁTICA

1 Modelos algébricos.01
2 Geometria das superfícies planas.01
3 Padrões numéricos.01
4 Modelos lineares.01
5 Modelos periódicos.01
6 Geometria dos sólidos.01
7 Modelos exponenciais e logarítmicos.01
8 Princípios de contagem.01
9 Análise de dados.01
10 Geometria do plano cartesiano.01
11 Geometria do plano complexo.01

- 1 MODELOS ALGÉBRICOS.
- 2 GEOMETRIA DAS SUPERFÍCIES PLANAS.
- 3 PADRÕES NUMÉRICOS.
- 4 MODELOS LINEARES.
- 5 MODELOS PERIÓDICOS.
- 6 GEOMETRIA DOS SÓLIDOS.
- 7 MODELOS EXPONENCIAIS E LOGARÍTMICOS.
- 8 PRINCÍPIOS DE CONTAGEM.
- 9 ANÁLISE DE DADOS.
- 10 GEOMETRIA DO PLANO CARTESIANO.
- 11 GEOMETRIA DO PLANO COMPLEXO.

Polinômios

Para polinômios podemos encontrar várias definições diferentes como:

Polinômio é uma expressão algébrica com todos os termos semelhantes reduzidos. Polinômio é um ou mais monômios separados por operações.

As duas podem ser aceitas, pois se pegarmos um polinômio encontraremos nele uma expressão algébrica e monômios separados por operações.

- $3xy$ é monômio, mas também considerado polinômio, assim podemos dividir os polinômios em monômios (apenas um monômio), binômio (dois monômios) e trinômio (três monômios).

- $3x + 5$ é um polinômio e uma expressão algébrica.

Como os monômios, os polinômios também possuem grau e é assim que eles são separados. Para identificar o seu grau, basta observar o grau do maior monômio, esse será o grau do polinômio.

Com os polinômios podemos efetuar todas as operações: adição, subtração, divisão, multiplicação, potenciação.

O procedimento utilizado na adição e subtração de polinômios envolve técnicas de redução de termos semelhantes, jogo de sinal, operações envolvendo sinais iguais e sinais diferentes. Observe os exemplos a seguir:

Adição

Exemplo 1

Adicionar $x^2 - 3x - 1$ com $-3x^2 + 8x - 6$.

$(x^2 - 3x - 1) + (-3x^2 + 8x - 6)$ → eliminar o segundo parênteses através do jogo de sinal.

$+(-3x^2) = -3x^2$

$+(+8x) = +8x$

$+(-6) = -6$

$x^2 - 3x - 1 - 3x^2 + 8x - 6$ → reduzir os termos semelhantes.

$x^2 - 3x^2 - 3x + 8x - 1 - 6$

$-2x^2 + 5x - 7$

Portanto: $(x^2 - 3x - 1) + (-3x^2 + 8x - 6) = -2x^2 + 5x - 7$

Exemplo 2

Adicionando $4x^2 - 10x - 5$ e $6x + 12$, teremos:

$(4x^2 - 10x - 5) + (6x + 12)$ → eliminar os parênteses utilizando o jogo de sinal.

$4x^2 - 10x - 5 + 6x + 12$ → reduzir os termos semelhantes.

$4x^2 - 10x + 6x - 5 + 12$

$4x^2 - 4x + 7$

Portanto: $(4x^2 - 10x - 5) + (6x + 12) = 4x^2 - 4x + 7$

Subtração

Exemplo 1

Subtraindo $-3x^2 + 10x - 6$ de $5x^2 - 9x - 8$.

$(5x^2 - 9x - 8) - (-3x^2 + 10x - 6)$ → eliminar os parênteses utilizando o jogo de sinal.

$-(-3x^2) = +3x^2$

$-(+10x) = -10x$

$-(-6) = +6$

$5x^2 - 9x - 8 + 3x^2 - 10x + 6$ → reduzir os termos semelhantes.

$5x^2 + 3x^2 - 9x - 10x - 8 + 6$

$8x^2 - 19x - 2$

Portanto: $(5x^2 - 9x - 8) - (-3x^2 + 10x - 6) = 8x^2 - 19x - 2$

Exemplo 2

Se subtrairmos $2x^3 - 5x^2 - x + 21$ e $2x^3 + x^2 - 2x + 5$ teremos:

$(2x^3 - 5x^2 - x + 21) - (2x^3 + x^2 - 2x + 5)$ → eliminando os parênteses através do jogo de sinais.

$2x^3 - 5x^2 - x + 21 - 2x^3 - x^2 + 2x - 5$ → redução de termos semelhantes.

$2x^3 - 2x^3 - 5x^2 - x^2 - x + 2x + 21 - 5$

$0x^3 - 6x^2 + x + 16$

$-6x^2 + x + 16$

Portanto: $(2x^3 - 5x^2 - x + 21) - (2x^3 + x^2 - 2x + 5) = -6x^2 + x + 16$

Exemplo 3

Considerando os polinômios $A = 6x^3 + 5x^2 - 8x + 15$, $B = 2x^3 - 6x^2 - 9x + 10$ e $C = x^3 + 7x^2 + 9x + 20$. Calcule:

a) $A + B + C$

$(6x^3 + 5x^2 - 8x + 15) + (2x^3 - 6x^2 - 9x + 10) + (x^3 + 7x^2 + 9x + 20)$

$6x^3 + 5x^2 - 8x + 15 + 2x^3 - 6x^2 - 9x + 10 + x^3 + 7x^2 + 9x + 20$

$6x^3 + 2x^3 + x^3 + 5x^2 - 6x^2 + 7x^2 - 8x - 9x + 9x + 15 + 10 + 20$

$9x^3 + 6x^2 - 8x + 45$

$A + B + C = 9x^3 + 6x^2 - 8x + 45$

b) $A - B - C$

$(6x^3 + 5x^2 - 8x + 15) - (2x^3 - 6x^2 - 9x + 10) - (x^3 + 7x^2 + 9x + 20)$

$6x^3 + 5x^2 - 8x + 15 - 2x^3 + 6x^2 + 9x - 10 - x^3 - 7x^2 - 9x - 20$

$$6x^3 - 2x^3 - x^3 + 5x^2 + 6x^2 - 7x^2 - 8x + 9x - 9x + 15 - 10 - 20$$

$$6x^3 - 3x^3 + 11x^2 - 7x^2 - 17x + 9x + 15 - 30$$

$$3x^3 + 4x^2 - 8x - 15$$

$$A - B - C = 3x^3 + 4x^2 - 8x - 15$$

A multiplicação com polinômio (com dois ou mais monômios) pode ser realizada de três formas:

Multiplicação de monômio com polinômio.

Multiplicação de número natural com polinômio.

Multiplicação de polinômio com polinômio.

As multiplicações serão efetuadas utilizando as seguintes propriedades:

- Propriedade da base igual e expoente diferente: $a^n \cdot a^m = a^{n+m}$

- Monômio multiplicado por monômio é o mesmo que multiplicar parte literal com parte literal e coeficiente com coeficiente.

Multiplicação de monômio com polinômio

- Se multiplicarmos $3x$ por $(5x^2 + 3x - 1)$, teremos:
 $3x \cdot (5x^2 + 3x - 1) \rightarrow$ aplicar a propriedade distributiva.
 $3x \cdot 5x^2 + 3x \cdot 3x + 3x \cdot (-1)$
 $15x^3 + 9x^2 - 3x$

Portanto: $3x(5x^2 + 3x - 1) = 15x^3 + 9x^2 - 3x$

- Se multiplicarmos $-2x^2$ por $(5x - 1)$, teremos:
 $-2x^2(5x - 1) \rightarrow$ aplicando a propriedade distributiva.
 $-2x^2 \cdot 5x - 2x^2 \cdot (-1)$
 $-10x^3 + 2x^2$

Portanto: $-2x^2(5x - 1) = -10x^3 + 2x^2$

Multiplicação de número natural

- Se multiplicarmos 3 por $(2x^2 + x + 5)$, teremos:
 $3(2x^2 + x + 5) \rightarrow$ aplicar a propriedade distributiva.
 $3 \cdot 2x^2 + 3 \cdot x + 3 \cdot 5$
 $6x^2 + 3x + 15$

Portanto: $3(2x^2 + x + 5) = 6x^2 + 3x + 15$

Multiplicação de polinômio com polinômio

- Se multiplicarmos $(3x - 1)$ por $(5x^2 + 2)$
 $(3x - 1) \cdot (5x^2 + 2) \rightarrow$ aplicar a propriedade distributiva.
 $3x \cdot 5x^2 + 3x \cdot 2 - 1 \cdot 5x^2 - 1 \cdot 2$
 $15x^3 + 6x - 5x^2 - 2$

Portanto: $(3x - 1) \cdot (5x^2 + 2) = 15x^3 + 6x - 5x^2 - 2$

- Multiplicando $(2x^2 + x + 1)$ por $(5x - 2)$, teremos:
 $(2x^2 + x + 1)(5x - 2) \rightarrow$ aplicar a propriedade distributiva.
 $2x^2 \cdot (5x) + 2x^2 \cdot (-2) + x \cdot 5x + x \cdot (-2) + 1 \cdot 5x + 1 \cdot (-2)$
 $10x^3 - 4x^2 + 5x^2 - 2x + 5x - 2$
 $10x^3 + x^2 + 3x - 2$

Portanto: $(2x^2 + x + 1)(5x - 2) = 10x^3 + x^2 + 3x - 2$

Divisão

A compreensão de como funciona a divisão de polinômio por monômio irá depender de algumas definições e conhecimentos. Será preciso saber o que é um monômio, um polinômio e como resolver a divisão de monômio por monômio. Dessa forma, veja a seguir uma breve explicação sobre esses assuntos.

• Polinômio é uma expressão algébrica racional e inteira, por exemplo:

$$x^2y$$

$$3x - 2y$$

$$x + y^3 + ab$$

• Monômio é um tipo de polinômio que possui apenas um termo, ou seja, que possui apenas coeficiente e parte literal. Por exemplo:

$$a^2 \rightarrow 1 \text{ é o coeficiente e } a^2 \text{ parte literal.}$$

$$3x^2y \rightarrow 3 \text{ é o coeficiente e } x^2y \text{ parte literal.}$$

$$-5xy^6 \rightarrow -5 \text{ é o coeficiente e } xy^6 \text{ parte literal.}$$

• Divisão de monômio por monômio

Ao resolvermos uma divisão onde o dividendo e o divisor são monômios devemos seguir a regra: dividimos coeficiente com coeficiente e parte literal com parte literal. Exemplos: $6x^3 : 3x = 2 \cdot x^3 = 2x^2 \cdot 3x^2$

$$-10x^2y^4 : 2xy^2 = \frac{-10}{2} \cdot \frac{x^2}{x} \cdot \frac{y^4}{y^2} = -5xy^2$$

Observação: ao dividirmos as partes literais temos que estar atentos à propriedade que diz que base igual na divisão, repete a base e subtrai os expoentes.

Depois de relembrar essas definições veja alguns exemplos de como resolver **divisões de polinômio por monômio**.

$$\text{Exemplo: } (10a^3b^3 + 8ab^2) : (2ab^2)$$

O dividendo $10a^3b^3 + 8ab^2$ é formado por dois monômios. Dessa forma, o divisor $2ab^2$, que é um monômio, irá dividir cada um deles, veja:

$$(10a^3b^3 + 8ab^2) : (2ab^2)$$

$$\frac{10a^3b^3}{2ab^2} + \frac{8ab^2}{2ab^2}$$

Assim, transformamos a divisão de polinômio por monômio em duas divisões de monômio por monômio. Portanto, para concluir essa divisão é preciso dividir coeficiente por coeficiente e parte literal por parte literal.

$$\frac{10a^3b^3}{2ab^2} + \frac{8ab^2}{2ab^2}$$

$$\downarrow \quad \downarrow$$

$$5a^2b + 4$$

ou